



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
14ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

JOÃO PESSOA/PB
Março/2014



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
14ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual, a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013, e das orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU/PR nº 133/2013, que aprova a Norma de Execução nº 1/2013.

JOÃO PESSOA
Março/2014

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	06
2 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE	07
2.1 Identificação da unidade jurisdicionada	07
2.2 Finalidade e competências institucionais da unidade	08
2.3 Organograma funcional	09
2.4 Macroprocessos finalístico	13
2.5 Macroprocessos de apoio	17
2.6 Principais parceiros	18
3 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	18
3.1 Planejamento da unidade	18
3.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	21
3.2.1 Ações	21
3.2.1.1 Ações – OFSS	21
3.2.1.2 Ações não previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não processados – OFSS	27
3.2.1.3 Análise situacional	28
4 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	28
4.1 Estrutura de governança	28
4.2 Avaliação do funcionamento dos controles internos	28
4.3 Sistema de Correição	29
4.4 Cumprimento pela instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	31
5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	31
5.1 Execução das despesas	31
5.1.1 Movimentação de créditos interna e externa	31
5.1.1.1 Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa	31
5.1.2 Realização da despesa	32
5.1.2.1 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos de movimentação	32
5.1.2.2 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação	33
5.1.2.3 Análise crítica da realização da despesa	33
5.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	34
5.2.1 Análise crítica	34
5.3 Suprimento de fundos	34
5.3.1 Suprimento de fundos – despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo	34
5.3.2 Suprimento de fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	35
5.3.3 Prestações de contas de Suprimento de Fundos	35
5.3.4 Análise Crítica	35
6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	35
6.1 Estrutura de pessoal da unidade	35
6.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada	35
6.1.1.1 Lotação	35
6.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da unidade jurisdicionada	36
6.1.2 Qualificação da força de trabalho	36
6.1.2.1 Estrutura de cargos e de funções	36
6.1.2.2 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade	37
6.1.2.3 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade	37
6.1.3 Custos de pessoal da unidade jurisdicionada	38
6.1.4 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	38
6.1.4.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria	38
6.1.4.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada	39
6.1.5 Cadastramento no Sisac	39

6.1.5.1 Atos sujeitos à comunicação ao Tribunal por intermédio do Sisac	39
6.1.5.2 Atos sujeitos à comunicação ao TCU	39
6.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac	39
6.1.5.4 Atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico	39
6.1.6 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos	39
6.1.7 Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos	40
6.1.8 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	40
6.2 Terceirização de mão de obra empregada e contratação de estagiários	40
6.2.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão	40
6.2.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados	40
6.2.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade jurisdicionada	41
6.2.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão	41
6.2.5 Análise crítica dos itens 6.2.3 e 6.2.4	42
6.2.6 Composição do quadro de estagiários	42
7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	42
7.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros	42
7.1.1 Gestão da frota de veículos próprios	42
7.2 Gestão do patrimônio imobiliário	44
7.2.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial	44
7.2.1.1 Análise crítica	44
7.2.2 Discriminação de imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UJ	44
7.2.2.1 Análise crítica	45
7.3 Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros	45
8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	45
8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	45
8.1.1 Análise Crítica	47
9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	47
9.1 Gestão ambiental e licitação sustentáveis	47
9.2 Consumo de papel, energia elétrica e água	48
10 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	49
10.1 Declaração de Bens e Rendas estabelecida na Lei nº 8.730/93	49
10.1.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93	49
10.2 Alimentação Siasg e Siconv	49
11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	49
12.1 Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público	49
12.2 Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis	50

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

art. – artigo
CGU – Controladoria-Geral da União
CNAE – Cadastro Nacional de Atividade Econômica
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DBR – Declaração de Bens e Rendas
Dec. – Decreto
DN – Decisão Normativa
IN – Instrução Normativa
LOA – Lei Orçamentária Anual
nº - número
OCI – Órgão de Controle Interno
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PC – Prestação de Contas
Port. – Portaria
PPA – Plano Plurianual
RFB – Receita Federal do Brasil
RG – Relatório de Gestão
Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Siasg – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
Sisac – Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
Siconv – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
Siorg – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE QUADROS, TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES

Quadro 2.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	07
Quadro 3.2.1.1 – Ação/Subtítulos – OFSS	21
Quadro 3.2.1.2 – Ações não Previstas LOA 2013 – Restos a Pagar – OFSS	27
Quadro 4.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	28
Quadro 5.1.1.1 – Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa	31
Quadro 5.1.2.1 – Despesas por modalidade de contratação – créditos de movimentação	32
Quadro 5.1.2.2 – Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação	33
Quadro 5.2 – Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores	34
Quadro 5.3.1 – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (série histórica)	34
Quadro 5.3.2 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por portador	35
Quadro 5.3.3 – Prestações de contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	35
Quadro 6.1.1.1 – Força de trabalho da UJ – situação apurada em 31/12	36
Quadro 6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ	36
Quadro 6.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	37
Quadro 6.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12	37
Quadro 6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – situação apurada em 31/12	37
Quadro 6.1.3 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	38
Quadro 6.1.4.1 – Composição do quadro de servidores inativos – situação apurada em 31 de dezembro	38
Quadro 6.1.4.2 – Instituidores de pensão – situação apurada em 31/12	39
Quadro 6.2.3 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	41
Quadro 6.2.4 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	41
Quadro 6.2.6 – Composição do quadro de estagiários	42
Quadro 7.2.1 – Distribuição espacial de bens imóveis de uso especial de propriedade da União ...	45
Quadro 7.2.2 – Discriminação de imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UJ	45
Quadro 7.3 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros	45
Quadro 8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	45
Quadro 9.1 – Gestão ambiental e licitações sustentáveis	47
Quadro 9.2 – Consumo de papel, energia elétrica e água	48
Quadro 10.1.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR 213	49
Quadro 10.2 – Declaração de inserção e atualização de dados no Siasg e Siconv	49
Quadro 12.2 – Declaração do Contador atestando as demonstrações contábeis	50

1. INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão está estruturado conforme disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013, e demais orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU nº 133/2013, que aprova a Norma de Execução nº 1/2013.

Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados no Programa de Governo 2070 – Segurança Pública com Cidadania e 2112 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça no exercício de 2013. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário, financeiro e da avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem como o impacto alcançado em função das ações desempenhadas. Contempla, também, o grau de eficácia e efetividade perseguido pela Organização, considerando a sua estrutura atual e atrelados aos recursos consignados e consequentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

A base para a elaboração deste Relatório de Gestão está fundamentada em 03 eixos prioritários, quais sejam: Gestão, Planejamento e Controle. O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2013 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração, foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual (PPA), o Orçamento autorizado na LOA 2013 e os relatórios de atividade das diversas áreas desta Superintendência. A perspectiva macro e acompanhamento setorializado vem evoluindo gradativamente, principalmente diante das inovações trazidas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, como também, pelos diversos Núcleos e Seções desta Regional, o que permite uma maior ênfase no desempenho monitorado.

Como a 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal não executou transferência de recursos mediante convênios, contratos de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso, nos termos do Item 4.4 do Anexo II da Portaria 175/2013 – TCU, o item relacionado foi suprimido do presente relatório, tendo, à partir daí, sido reenumerados os seus itens subsequentes. Neste contexto também foram suprimidos os Itens relacionados à Renúncias Tributárias e Gestão de Precatórios. Do Item 11.3 em diante também foram suprimidos por não serem aplicáveis à Unidade Jurisdicionada.

Com o presente documento, a 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de Preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

2. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE

2.1. Identificação da unidade jurisdicionada

QUADRO 2.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA			Código SIORG: 000704
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação Abreviada: Polícia Rodoviária Federal			
Código SIORG: 02819	CÓDIGO LOA: NÃO SE APLICA		Código SIAFI: 30802
Natureza Jurídica: Ativa		CNPJ: 00.394.494/0117-66	
Principal Atividade: SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA			Código CNAE: 8424-8
Telefones/Fax de contato:	(083) 3533-4700	(083) 3533-4740	(083) 3533-4740
Endereço Eletrônico: sup.pb@prf.gov.br			
Página na Internet: http://www.prf.gov.br			
Endereço Postal: BR 230, KM 23, Prédio 2257, Bairro do Cristo Redentor – João Pessoa – Paraíba. CEP. 58.053-002			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituição Federal e Lei nº 8.028 de 12/04/1990, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, publicado no DOU em 13/04/1990			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno definido pela Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2008, publicada no DOU em 06 de agosto de 2008, do senhor ministro de Estado da Justiça			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não há			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200122	14ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200122		00001	

Fonte: SIORG, SIAFI, IBGE

2.2. Finalidade e competências institucionais da unidade

A missão Constitucional da Polícia Rodoviária Federal, Órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, referenciada no § 2º do artigo 144 da Carta Magna de 1988, estabelece como fator primordial o patrulhamento ostensivo das rodovias federais, que se estende em 76.640 km de vias nacionais sob sua circunscrição.

As atividades operacionais da Polícia Rodoviária Federal são difundidas em todo o território nacional, dada a sua estruturação que contempla uma Unidade Administrativa Central, sediada na capital da República Federativa do Brasil, e 26 (vinte e seis) Unidades Administrativas Desconcentradas, representadas por 21 (vinte e uma) Superintendências e 05 (cinco) Distritos.

As aludidas Regionais PRF são compostas por 147 (cento e quarenta e sete) Subunidades Administrativas – Delegacias PRF, distribuídas em todas as Unidades Federativas, que conjuntamente possuem aproximadamente 416 (quatrocentos e dezesseis) postos fixos de fiscalização, o que demonstra a existência de uma estrutura que abrange todo o território nacional.

Sendo que, no âmbito da 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal tem, no âmbito do estado da Paraíba, a Polícia Rodoviária Federal possui uma estrutura composta por três Delegacias e onze Postos de Controle e Comando. A primeira Delegacia, denominada Delegacia Metropolitana, está sediada no Km 24 da BR 230, nº 2257, Bairro do Cristo Redentor, no município de João Pessoa, dentro da estrutura da Sede Regional. Tem sob sua circunscrição quatro postos, quais sejam, Bayeux, situado no Km 32,2 da BR 230, Café do Vento, no Km 70 da BR 230, município de Sobrado/PB, Mata Redonda, no Km 107 da BR 101 Sul, município de Alhandra/PB e Mamanguape, no Km 38 da BR 101 Norte, na cidade de mesmo nome.

A segunda Delegacia está sediada na Avenida Severino Bezerra Cabral, S/N, José Pinheiro, em Campina Grande e também tem quatro postos sob sua circunscrição. São Santa Terezinha, no Km 144 da BR 230, Farinha, no Km 183 da mesma rodovia, ambos em Campina Grande, Queimadas, no Km 142 da BR 104 Sul, município de mesmo nome, e São Miguel, no Km 93 da BR 104 Norte, município de Remígio/PB.

Finalmente, tem-se a terceira Delegacia, que localiza-se à rua Horácio Nóbrega, S/N, Bairro Belo Horizonte, Patos, com três postos: São Mamede, no Km 310, Pombal, no Km 407 e Cajazeiras, no Km 512, todos da BR 230 e nos municípios de mesmo nome.

O desenvolvimento das atribuições constitucionais da Polícia Rodoviária Federal passa por duas principais vertentes, quais sejam: o Sistema de Segurança Pública e o Sistema de Segurança Viária, que estabelecem um conjunto de atividades que vão ao encontro do seu compromisso regimental com a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida constitucionalmente através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

As características que diferenciam a PRF das demais instituições de segurança, decorre do modal rodoviário, elo de integração nacional realmente consolidado, que pela capilaridade das rodovias federais, presentes em todo território brasileiro, faz como que o Policial Rodoviário, por vezes, seja a única identificação do Governo Federal com a sociedade.

O patrulhamento ostensivo das rodovias federais, função que a Carta Magna atribui à Polícia Rodoviária Federal, concretiza-se por meio da presença física do agente público e da ação policial direta, visando à preservação da incolumidade pública e à manutenção da paz social, tanto nas vias sob sua responsabilidade quanto nas áreas adjacentes.

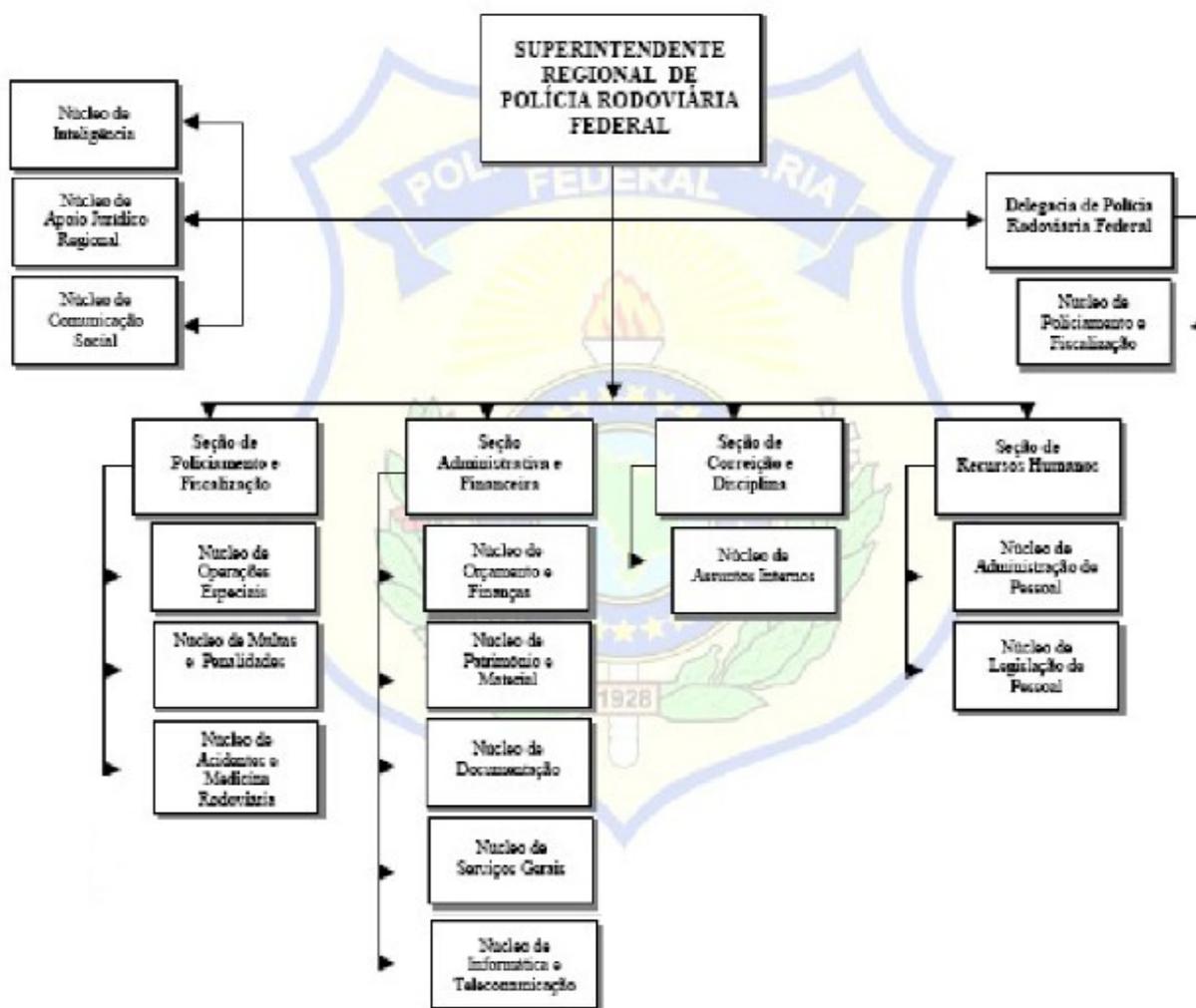
Esta Instituição tem-se mostrado firme no combate aos mais diversos tipos de crimes que ocorrem no âmbito das rodovias federais e suas imediações. São notórios os resultados obtidos no combate à pirataria, ao contrabando e ao descaminho e, principalmente, ao tráfico de drogas, armas, pessoas e animais silvestres. Cumpre salientar que este órgão policial atua ainda na recuperação de carros, roubados ou furtados, bem como na luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

No tocante ao Sistema de Segurança Viária, a ação da PRF insere-se em um conjunto de atribuições, dentre as quais se destacam: prevenção a acidentes, educação para o trânsito, prestação de socorro a vítimas e política de proximidade ao cidadão.

A ação da Polícia Rodoviária Federal, realizando o policiamento e a fiscalização de trânsito na malha viária de domínio da União, tem, nos últimos anos, contribuído decisivamente para a redução do número de acidentes, principalmente se levarmos em consideração o crescente aumento da frota nacional.

Os acidentes de trânsito acarretam prejuízos significativos de cunho econômico e social, o que é confirmado pelo alto índice dos gastos suportados pelos Governos Federal, Estadual, Municipal e Distrital para cobrir despesas com as vítimas, pela interferência direta na vida das famílias, pelos danos irreparáveis causados às pessoas, entre outros.

2.3. Organograma funcional



O Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria Ministerial do Ministro da Justiça de nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, revoga a Portaria nº 3.741, de 15 de dezembro de 2004, e define a estruturação organizacional da 14ª SRPRF/PB no Art. 2º, inciso II, item 1, como unidade desconcentrada composta de 03 (três) seções, 01 (uma) corregedoria, 3 (três) delegacias e 17 (dezesete) núcleos, sendo 3 (três) subordinados às chefias das delegacias.

À 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/PB compete, na pessoa de sua superintendente, nos termos do Art. 75 do Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária

Federal; atuando como autoridade local na concessão de benefícios de pessoal, aprovar o plano de capacitação da UJ e autorizar a participação dos servidores nestas capacitações e zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Nestas condições, as atividades da Superintendência espelham as desenvolvidas pelo Departamento, quando muitas ações implementadas a nível regional resultaram ou de determinação da Administração Central (DPRF) ou de adoção dos mesmos procedimentos visando padronização. Entretanto, é bem verdade que a 14ª SRPRF/PB apresenta uma relativa e singela autonomia ao gerir de forma progressiva suas atividades, havendo constante descentralização de incumbências antes predeterminadas ao DPRF que passam a ser de responsabilidade da Regional, como, por exemplo, o controle de gastos orçamentários e financeiros no exercício, ainda que o recurso ou a disponibilidade seja descentralizada pelo DPRF.

Pode-se definir como macroprocesso do Gabinete da Superintendente a representação da 14ª SRPRF/PB, a autoridade máxima a figurar pelo órgão, o contato da Unidade Jurisdicionada com demais entidades públicas, empresas privadas, pessoa física, assim como parte do Gabinete a decisão proferida em processos administrativos disciplinares e recurso de multa. Por consequência, a sociedade consegue vislumbrar na pessoa do Superintendente a representação da Polícia Rodoviária Federal no Estado.

No âmbito da 14ª SRPRF/PB, há um núcleo diretamente subordinado ao Gabinete da Superintendente, responsável por assessorar a Superintendente Regional a nível técnico, denominado Núcleo de Apoio Técnico – NUAT. Cabe a este núcleo as atribuições disciplinadas no Art. 76 da citada portaria, a sabendo promover a devida instrução processual e procedimental, no âmbito do Gabinete do Superintendente, além de prestar assistência ao Superintendente, no tocante à conformidade dos atos administrativos; prestar acompanhamento administrativo nos processos e decisões judiciais de interesse da Superintendência; elaborar e orientar a confecção de minutas dos documentos a serem assinados pelo Superintendente e editar e distribuir o boletim de serviço da Regional

Há mais dois núcleos também subordinados ao Gabinete da Superintendente, não menos importantes que o NUAT, quais sejam, Núcleo de Comunicação Social – NUCOM e Núcleo de Inteligência – NUINT. O primeiro compete orientar e assistir ao Superintendente nos assuntos relativos à área de comunicação social, relações públicas e publicidade oficial. A passo que o segundo assessora o gestor regional nos assuntos relativos à inteligência, contrainteligência e produção de conhecimento de inteligência.

As ações do NUINT contribuem para identificar as características mais determinantes do estado de forma que a PRF atue específica e objetivamente no combate a determinados crimes como apontar os pontos de prostituição infantil ao longo das rodovias federais do Piauí. Resulta isso na redução considerável de cometimento de crimes e, por consequência, aproximando a PRF na sociedade.

Verificar-se-á que o NUCOM e o NUINT terão papel de fundamental influência, ainda que indireta, nos macroprocessos finalísticos desta Unidade Jurisdicionada no tópico 1.4. Tratando de macroprocessos, um setor que mais diretamente implica em repercussão imediata das atividades desenvolvidas pela PRF é a Seção de Policiamento e Fiscalização – SPF.

À Seção de Policiamento e Fiscalização - SPF gerir a execução efetiva da atividade finalística da UJ, sendo responsável por programar, determinar, supervisionar e executar as atividades de policiamento, escolta, segurança e medicina rodoviária, inspeção e fiscalização de trânsito, transporte de pessoas e bens, controle e arrecadação de multas, prevenção e repressão ao roubo e furto de veículos e de cargas, prevenção e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas, credenciamento de escoltas, estatísticas e transitometria..

As frequentes operações da PRF, organizadas pela SPF, ocasionam no salvamento de vidas, apreensão de produtos ilícitos ou resultantes de atividades ilícitas, prisão de foragidos, retenção de veículos irregulares, entre outros. A sensação causada é a de segurança nas rodovias federais.

Hierarquicamente inferiores e subordinados à SPF, encontram-se o Núcleo de Operações Especiais – NOE, Núcleo de Multas e Penalidades – NMP e o Núcleo de Registro de Acidentes e

Medicina Rodoviária – NURAM. Ao NOE compete executar as atividades relacionadas ao chamado policiamento especializado.

Como macroprocesso do NOE indiscutível o combate frequente ao crime, o que proporciona segurança aos transeuntes e à sociedade em geral. Outro ponto de considerável importância, é o combate ao trabalho escravo, promovendo a reinserção daquele trabalhador na vida social e adequada.

Enquanto cabe ao NMP a execução das rotinas relativas às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços, além de coordenar e prestar apoio técnico às Comissões Administrativas de Defesa de Autuação - CADA, e às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI.

Após preenchidos os autos de infração, os mesmos serão enviados ao NMP que processará para cobrança do usuário infrator. A atuação do NMP promove a efetiva arrecadação aos cofres públicos por meio do recolhimento do valor pago na multa.

Por fim, as competências do NURAM podem ser descritas a execução das atividades de saúde no âmbito das vias federais (atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, transporte de órgãos, apoio de saúde a operações da Unidade Regional além de realizar estudos e pesquisas sobre acidentes de trânsito, objetivando, principalmente, a determinação de pontos críticos, assim como orientar e controlar as tarefas relativas a levantamentos, consolidação, análise e divulgação de dados e informações, promovendo a realização periódica de censos e outros métodos necessários à identificação dos fenômenos do trânsito rodoviário.

O registro de acidentes e de pessoas envolvidas permite identificar o local do acidente e analisar futuras medidas preventivas naquele local como policiamento ostensivo, sinalizações adequadas. A emissão do Boletim de Acidente de Trânsito pelo NURAM garante transparência e instrumento de ressarcimento de eventuais danos.

A Seção Administrativa e Financeira – SAF, apesar de estritamente afeita às atividades administrativas (atividade-meio), proporciona efeitos substanciais na atividade-fim, como bem se concluirá das suas atribuições e das dos seus núcleos.

A SAF promove a todo tempo medidas para pleno funcionamento da atividade-fim como, por exemplo, a contratação de empresas especializadas na limpeza e conservação das unidades da PRF no Estado da Paraíba. Os servidores da atividade-fim conseguem visualizar o resultado das atividades da SAF como o fornecimento de energia elétrica, de água, de material de informática, de manutenção de viaturas, entre outros.

A abrangência das atividades da SAF não poderia ficar restrita a um ou poucos núcleos, fazendo-se necessária a vinculação de 05 (cinco) núcleos à seção para viabilizar a execução plena de suas atividades. Ao reiterar a citação de que a Regional promove controle de seus gastos, não podendo ultrapassar o valor orçamentário previsto para o exercício, essa informação do estimado é passada pelo Núcleo de Orçamento e Finanças – NUOFI, bem como a programação, orientação, controle e execução das atividades inerentes à administração orçamentária e financeira.

Compete ainda ao NUOFI receber, registrar e devolver cauções dadas como garantia de contratos; analisar, avaliar e efetuar conferência prévia de processos e outros documentos de pagamento; proceder à liquidação de processos de despesas e documentos de pagamentos; analisar os processos de concessão de diárias, transporte, ajuda de custos e suprimentos de fundos; emitir ordens bancárias de pagamentos, de créditos ou de guias de recebimentos; manter atualizados os credenciamentos de ordenadores de despesa junto aos estabelecimentos bancários; e manter atualizado o rol de servidores responsáveis pelo gerenciamento de recursos orçamentários e financeiros e pela administração do patrimônio da Superintendência.

Outro núcleo de subordinação à SAF é o Núcleo de Patrimônio e Material – NUPAT, o qual compete gerir as atividades inerentes aos bens patrimoniais e materiais da Regional.

A distribuição de materiais aos servidores é o carro-chefe do NUPAT, o que permite a satisfação do servidor ao se deparar com as condições estruturais fornecidas pela PRF, como fornecimento de uniformes, armamento, viaturas.

Ao Núcleo de Documentação - NUDOC compete executar a gestão documental da UJ, garantindo a recuperação das informações, o acesso aos documentos e a preservação de sua memória; e normatizar e manter atualizado o acervo documental e de informações da Superintendência, assim como organizar e supervisionar a implantação das atividades de gestão de documentos das unidades administrativas vinculadas, estabelecendo normas gerais de trabalho.

O registro de toda documentação que entra ou sai da Regional, mediante identificação por número de protocolo pelo NUDOC, auxilia na localização e na eficiência do trâmite decorrido. Serve o NUDOC como contato com o público externo que pretenda, por exemplo, recorrer de notificação de multa.

Ao Núcleo de Serviços Gerais – NUSEG compete gerir a prestação de todos os serviços necessários ao funcionamento da UJ, além de servir de interface de relacionamento com fornecedores e prestadores de serviços, tendo, ainda, como incumbência a gestão da frota de veículos automotores da Regional.

É inegável que a manutenção de viaturas seja o macroprocesso do NUSEG, quando diretamente relacionada com as atividades da pista e referência de modelo de instituição para a sociedade. A boa manutenção da viatura garante qualidade no desempenho do serviço do policial rodoviário federal.

Ao Núcleo de Telemática – NUTEL compete a gestão da Tecnologia de Informação e Comunicações e dar parecer sobre obras e reformas prediais que envolvam a estrutura física da rede lógica, de telefonia ou de radiocomunicação.

O pleno funcionamento da internet e demais sistemas constantemente utilizados pelos servidores PRF é proporcionado pela atuação do NUTEL. Isso resulta na agilidade do atendimento pelo policial e, por consequência, eficiência reconhecida pela sociedade.

À Seção de Recursos Humanos – SRH tem como finalidade a gestão das pessoas no âmbito da 14ª SRPRF/PB e as demandas daí decorrentes

Ao Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal – NUCAP, subordinado à SRH, cabe gerir as atividades relacionadas à ensino e capacitação dos servidores, propor planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização.

A capacitação do servidor orientada pelo NUCAP acaba por conferir satisfação com a instituição PRF e confiança ao servidor quando do exercício de seu trabalho.

Outro núcleo vinculado à SRH é o Núcleo de Administração de Pessoal – NUAP que tem como incumbência a execução da administração de pessoal no aspecto formal, controlando todos os registros necessários.

A frequência dos servidores é a todo tempo analisada pelo NUAP quanto ao cumprimento da carga horária. A possível acumulação de horas a mais na folha de frequência do servidor irá garantir compensação de horas e, por consequência, sensação de que o servidor não está sendo “excedido” no serviço público.

À Corregedoria Regional – CR exerce a função de órgão correicional da UJ, dando a devida instrução das instruções preliminares, das sindicâncias administrativas e dos processos administrativos disciplinares pela Corregedoria garante transparência, ampla defesa e contraditório, e o servidor identifica quais são as condutas funcionais.

Como em todas as seções, na Corregedoria não poderia ser diferente, ao apresentar núcleo subordinado, o Núcleo de Assuntos Internos – NUAI que compete auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional; executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares; promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional.

Serve o NUAI como receptor de denúncias de usuários quanto ao comportamento de servidores no exercício da função. Assim, analisa se é caso de instrução preliminar ou sindicância e orienta àquele denunciante medidas de segurança.

A 14ª SRPRF/PB atua no Estado da Paraíba por meio de suas 03 (três) delegacias, 11 (onze) postos e 03 (três) núcleos de policiamento e fiscalização. Compete às Delegacias de Polícia Rodoviária Federal executar e controlar as atividades de segurança, fiscalização, policiamento, investigação e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas; controlar e orientar os procedimentos de autuação e adoção de medidas administrativas; controlar as condições do trânsito nas rodovias e estradas federais e executar outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da delegacia; zelar pela segurança do trânsito e dos usuários, por meio do policiamento ostensivo ao longo das rodovias e estradas federais sob sua circunscrição, bem como realizar comandos especiais e de rotina; adotar as medidas adequadas para assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais e as ações operacionais de atendimento e prevenção de acidentes de trânsito.

Quanto ao Núcleo de Policiamento e Fiscalização – NPF, cabe as atribuições de controlar, executar e orientar os serviços referentes às áreas de policiamento, fiscalização, segurança, operações rotineiras e especiais, levantamento de acidentes, autuações, medidas administrativas, controle das condições do trânsito nas rodovias e estradas federais, bem como outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da Delegacia.

2.4. Macroprocessos finalístico

A Polícia Rodoviária Federal, integrante do conjunto de instituições responsáveis por exercer a segurança pública em nosso país, nos termos da Constituição Federal, tem como missão "Garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União".

A visão de futuro da Polícia Rodoviária Federal é: "Ser a Polícia Ostensiva Federal, reconhecida pela sociedade brasileira por sua excelência e efetividade no trabalho policial e na indução de Políticas Públicas de segurança e cidadania".

Os Valores adotados pela Polícia Rodoviária Federal e que refletem o caráter duradouro da Instituição e de seus colaboradores são: Profissionalismo, Ética, Equidade, Proatividade, Cordialidade, Comprometimento, Espírito de Equipe, Transparência e Responsabilidade Socioambiental.

A Polícia Rodoviária Federal – PRF, visando à eficácia no cumprimento de sua missão institucional e servir com excelência a sociedade e o Estado brasileiro, na promoção da segurança pública nas rodovias e estradas federais busca diuturnamente aprimorar técnicas, processos e, principalmente, a parceria com o cidadão usuário da rodovia.

Para o alcance de sua missão são descritos os serviços de sua competência e as atividades finalísticas que devem ser executadas para prestação desses serviços, proporcionando clareza e justificativas nas ações a serem desenvolvidas pelos seus servidores.

Neste sentido, a Polícia Rodoviária Federal, tendo como diretriz a gestão com foco em resultados, direciona suas ações finalísticas para prestação de serviços, com excelência, ao cidadão, atendendo as demandas da sociedade.

Esses serviços promovem diuturnamente a segurança viária, proporcionando conforto e segurança aos usuários das estradas e rodovias federais, por meio da fiscalização e controle para o uso adequado da malha rodoviária de forma a conscientizar os cidadãos e garantir a obediência às normas relativas à segurança do trânsito, prevenindo acidentes e proporcionando melhores condições de trafegabilidade.

Os principais produtos e serviços que a Polícia Rodoviária Federal oferece à sociedade são:

a) Reduzir a Violência no Trânsito das Rodovias Federais

Descrição

A violência do trânsito no Brasil vem crescendo ano após ano, representando a forma de violência contemporânea que mais produz impactos negativos à sociedade e ao Estado, com elevados custos econômicos e sociais, se materializando principalmente nos acidentes graves, assim considerados aqueles que resultam em lesões de natureza grave ou em morte.

Reduzir a violência no trânsito nas rodovias federais significa para a Polícia Rodoviária Federal agir preventivamente por meio de sua presença ostensiva e de uma rigorosa fiscalização de

trânsito, bem como realizar um atendimento eficaz daqueles já ocorridos, visando minimizar seus efeitos por meio de uma resposta rápida e eficiente, diminuindo o risco de agravamento de lesões das vítimas e as possibilidades de ocorrência de outro acidente em decorrência do anterior.

Agir com foco na prevenção e intervenção imediata nos acidentes graves implica em direcionar os recursos necessários, humanos e materiais, para os trechos rodoviários de maior incidência desses eventos, a partir da análise aprimorada dos dados estatísticos disponíveis.

Além das ações operacionais acima mencionadas, há também a necessidade de ações integradas aos demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, Ministério Público, órgãos de imprensa e outros órgãos públicos federais, estaduais e municipais, com o objetivo de propor e desenvolver políticas públicas com foco na prevenção dos acidentes de trânsito, por meio de campanhas educativas e alterações na legislação relativa à matéria trânsito.

Indicadores

Considerando a necessidade de se ter um panorama atual da violência no trânsito das rodovias federais e acompanhar sua evolução dentro do período do presente Plano Estratégico, de modo a avaliar a efetividade das ações institucionais, foram definidos os seguintes indicadores para este resultado institucional, quais sejam: Taxa de Mortalidade e Taxa de Acidentes Graves.

A Taxa de Mortalidade e a Taxa de Acidentes Graves equivalerão ao número de mortes e o número de acidentes graves, respectivamente, por um milhão de veículos, considerando-se a frota nacional de veículos de acordo com as informações fornecidas pelo DENATRAN.

Considerando que os números de acidentes graves e de mortos no trânsito sofrem influência de vários fatores, não seria razoável avaliar o resultado de ações institucionais com base na variação de números absolutos desses dois índices. No entanto, estabelecer como indicador uma taxa que contemplasse todas as variáveis influentes na variação do objeto de observação tornaria sua análise extremamente complexa, além da própria dificuldade de obtenção dos dados necessários.

Desse modo, optou-se por considerar apenas a variação da frota nacional de veículos como fator de variação da taxa de acidentes graves e mortalidade, por tratar-se de um valor de fácil obtenção, originado de uma fonte confiável e que tem maior relevância e influência nos índices observados, ou seja, quanto maior a frota de veículos circulando maior o número de interações no trânsito e conseqüentemente a probabilidade de ocorrência de acidentes. Cabe destacar que os indicadores escolhidos tem como características a simplicidade, são sensíveis a mudanças no mundo real, ou seja, podem refletir as alterações da realidade, e podem ser atualizados periodicamente, além de ser adequadamente documentado.

b) Assegurar a Livre Circulação nas Rodovias Federais

Descrição

A Constituição Federal assegura a todo cidadão a livre locomoção no território nacional em tempo de paz, e essa garantia constitucional deve ser exercida em toda a sua plenitude nos termos da legislação vigente. O Estado, por intermédio de seus órgãos tem o dever assegurar os meios necessários para que o cidadão possa deslocar-se em todo o território nacional com segurança e com o conforto adequados. Cabe ao Estado à tarefa de prover a infraestrutura necessária para o funcionamento dos diversos modais de transportes de pessoas e bens, bem como regular e fiscalizar sua exploração.

De todos os modais de transporte, o modal rodoviário é o de maior importância estratégica para o país, e estima-se que atualmente responda por cerca de 60% do total de passageiros e cargas transportadas no território nacional. Nesse sistema rodoviário, as rodovias federais representam papel de fundamental importância, por onde passam um grande fluxo de pessoas e bens entre os estados da federação e entre as cinco regiões do país, funcionando como verdadeiro fator de integração nacional.

Ante o papel estratégico das rodovias federais para o desenvolvimento nacional, cabe ao Estado assegurar que o fluxo de passageiros e cargas se dê de forma contínua e segura, sem interrupções ou embaraços, por meio da atuação de seus órgãos, dentre os quais a Polícia Rodoviária Federal. São vários os fatores e situações que podem afetar a livre circulação no âmbito das rodovias federais, interrompendo o fluxo de trânsito ou causando-lhe lentidão, dentre os quais se podem citar:

- Realização de obras viárias;
- Acidentes de trânsito com obstrução parcial ou total da rodovia;
- Realização de eventos com grande fluxo de pessoas e veículos as margens da rodovia federal ou com impacto no trânsito que por ela circula;
- Trânsito de veículos lentos e com dimensões excedentes;
- Manifestações populares reivindicatórias com interdição viária total ou parcial;
- Restrições ao fluxo de trânsito em determinados locais e horários em razão dos riscos de ações criminosas.

Assim, assegurar a livre circulação nas rodovias federais implica para a Polícia Rodoviária Federal atuar preventivamente por meio do policiamento ostensivo, apoiado por um monitoramento constante e eficaz de sua malha viária policiada, de modo antever as situações de risco à livre circulação e impedir sua materialização. Por outro lado, concretizado o fator de risco e configurado o obstáculo à fluidez normal do trânsito, cabe à Polícia Rodoviária Federal agir de forma rápida e com a intensidade necessária ao restabelecimento das condições normais de circulação.

Em sua ação preventiva a instituição mantém um monitoramento constante das condições de circulação viária, a partir de informações colhidas da atividade operacional-finalística e da área de inteligência, além das ações de policiamento preventivo, distribuído de forma equânime ao longo da malha viária, a partir de critérios pré-estabelecidos e com programação de atividades definida. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal se articula com outros órgãos públicos quando identificados problemas cujas soluções estejam vinculadas as suas atribuições, como, por exemplo, os órgãos executivos rodoviários nas questões relacionadas à infraestrutura viária.

Ocorrida a situação de comprometimento da livre circulação, a depender da causa, a Polícia Rodoviária Federal deverá dispor dos recursos necessários para fazer a intervenção devida e restabelecer o estado de normalidade, sejam eles recursos ordinários, disponíveis para o policiamento ostensivo rotineiro, sejam eles extraordinários, como as equipes táticas, grupos de choque, aeronaves, entre outros disponíveis.

Indicadores

A Polícia Rodoviária Federal realiza um monitoramento constante das condições de trafegabilidade das rodovias federais, de modo que qualquer interferência na livre circulação do trânsito em qualquer trecho de rodovia federal em todo o Brasil é imediatamente informada e essa condição é registrada, além, obviamente da adoção das providências com vistas ao restabelecimento do fluxo normal de trânsito. Essas interferências podem ser de diversas naturezas, como já mencionado anteriormente, e vão desde uma lentidão provocada por uma interdição parcial da via causada por um acidente até um bloqueio total da via por manifestações populares.

Para avaliar o quanto as rodovias federais sofrem com essas interferências e avaliar a efetividade as ações da Polícia Rodoviária Federal no sentido de reduzi-las ou eliminá-las, foi criado o Índice de Interdição de Rodovia, que resultará da ponderação da tabulação dos dados dessas interferências na via. Assim, serão considerados na formulação desse índice fatores como a duração e o nível de interferência, o VMD (Volume Médio Diário de veículos) do trecho observado, o nível de dificuldade de restabelecer o fluxo de trânsito, entre outros fatores.

c) Contribuir para a Redução da Criminalidade e da Violência no País

Descrição

As causas da violência têm suas raízes na ineficiência histórica do Estado em promover políticas de inclusão social nas áreas de educação, saúde e trabalho, por exemplo, no entanto, as soluções para o problema do avanço da criminalidade, especialmente nos momentos de crise, sempre são esperadas do sistema de segurança pública e, em última análise, das instituições policiais que o compõe.

As rodovias federais não estão imunes a essa realidade, visto ter o Brasil optado pela massificação do transporte rodoviário de cargas e passageiros, o que implica dizer que a maior parte das riquezas produzidas no país é transportada por nossas rodovias, especialmente as federais. Além disso, as organizações criminosas utilizam-se primordialmente do transporte rodoviário na realização de suas atividades ilícitas, a exemplo do tráfico de drogas, do roubo e furto de veículos e

cargas, do contrabando e do descaminho, dos crimes contra a propriedade intelectual (pirataria), do tráfico de seres humanos e dos crimes ambientais, da exploração sexual infanto-juvenil, entre outros. Significativa parcela desses crimes tem repercussão interestadual e até internacional, evidenciando a importância estratégica das rodovias federais para a segurança pública do país.

A Polícia Rodoviária Federal vem atuando fortemente no combate às diversas modalidades criminosas, com resultados extremamente positivos, e tem como pontos fortes a seu favor no cumprimento desse mister, quais sejam:

- Grande capilaridade em todo o território nacional, um corpo de policiais bem treinados e motivados;
- Larga experiência adquirida a partir das iterações constantes com as situações de crime;
- Facilidade de difusão de informações e conhecimento em decorrência de uma cadeia hierárquica horizontalizada e de uma área de ensino desenvolvida e competente;
- Facilidade de mobilização de efetivo, com possibilidade de direcionar recursos humanos e materiais a qualquer parte do território nacional.

Assim, a atuação da Polícia Rodoviária Federal no combate às diversas modalidades criminosas no âmbito das rodovias federais e em outras áreas em parceria com outras instituições como o Ministério Público, órgãos fazendários, de proteção ambiental, de proteção de direitos humanos, de proteção à infância e adolescência, contribuem de forma relevante para a redução da criminalidade e da violência no país.

Indicadores

Em relação a esse resultado institucional, verificou-se a grande dificuldade de se estabelecer um indicador que pudesse medir o nível de criminalidade no âmbito das rodovias federais, especialmente pela dificuldade de acesso a dados confiáveis de ocorrências criminais, haja vista que a grande maioria dos registros é feita nas polícias civis dos Estados, e apenas uma pequena parte é comunicada diretamente à Polícia Rodoviária Federal. Desse modo não há como monitorar essas ocorrências e estabelecer metas relacionadas à sua redução, o que poderia servir de verificador o quanto a ação policial contribuiu com a redução da criminalidade, ao menos no âmbito das rodovias federais.

Assim, buscando indicadores que pudessem ao menos aferir a intensidade das ações da Polícia Rodoviária Federal, e conseqüentemente sua contribuição para a redução da criminalidade e da violência no país, foram definidos aqueles relacionados diretamente aos resultados das ações de combate à criminalidade, que repercutem diretamente na sua redução e na redução da violência a ela relacionada.

O acompanhamento do impacto das ações da Polícia Rodoviária Federal será aferido a partir dos indicadores Pessoas Detidas, Veículos Recuperados e do Quadro de Apreensões de drogas, contrabando e descaminho, armas e relacionadas a crimes ambientais.

d) Aumentar a Percepção de Segurança dos Usuários das Rodovias Federais.

Descrição

A percepção pode ser descrita como um processo de selecionar, organizar e interpretar os estímulos e as impressões sensoriais oferecidas pelo meio ambiente, lhes atribuindo significado. É um processo interno e individual, de modo que um determinado objeto no mundo real, e aqui poderíamos considerar a própria segurança pública como objeto, será percebido de forma diferente por cada indivíduo. A percepção é afetada por fatores externos e internos, assim, depende da forma como um objeto é apresentado e do conhecimento e experiência pessoal do indivíduo em relação a ele, além de seus valores, motivações e expectativas.

A percepção de segurança, a partir do conceito de percepção poderia ser definida como a impressão ou sentimento do indivíduo do nível de segurança em que se encontra o ambiente em que ele vive, em outras palavras, o quanto é seguro o local onde trabalha, o meio de transporte que ele utiliza, a escola que seus filhos frequentam, as vias públicas pelas quais transita, entre outras situações do seu cotidiano.

Considerando essa ideia de percepção de segurança, não é o suficiente para a instituição reduzir a violência no trânsito, assegurar a livre circulação nas rodovias federais e contribuir com

redução da criminalidade e da violência no país, mesmo produzindo uma melhoria real na segurança pública para a sociedade.

Importa que o cidadão perceba essa nova realidade, haja vista que a sua satisfação em relação aos serviços públicos prestados pelo Estado decorre principalmente de sua percepção a respeito do quanto esses serviços atendem suas necessidades. Igualmente, essa percepção da realidade de um novo contexto de maior segurança é necessária para que o cidadão se aproprie desse valor, dessa conquista, e isso possa repercutir positivamente na sua qualidade de vida. Fica a percepção de segurança não é um produto fictício, uma idéia vaga e sem conteúdo, posto que não é possível desfrutar de um estado de segurança se não pudemos reconhecê-lo.

Ao estabelecer o aumento da percepção de segurança como resultado institucional em seu planejamento estratégico, a Polícia Rodoviária Federal busca gerar no cidadão a percepção do incremento do nível de segurança pública obtido no ambiente das rodovias federais como consequência direta da obtenção dos outros resultados institucionais (redução da violência no trânsito, da criminalidade e assegurar a livre circulação nas rodovias federais), além de outros fatores a serem trabalhados nessa direção.

Para fornecer esse retorno à sociedade, a Polícia Rodoviária Federal se servirá de alguns meios principais, a saber:

- Fortalecer sua imagem institucional junto à sociedade com ações de divulgação dos resultados alcançados em relação à redução da violência no trânsito, ao combate à criminalidade e às ações de garantia de livre circulação do trânsito;
- Fortalecimento e modernização do policiamento ostensivo, por meio de um planejamento adequado, ampliando sua presença ostensiva em trechos de rodovia federal e períodos específicos onde haja uma maior incidência de situações de risco à segurança de seus usuários, otimizando os recursos humanos e materiais;
- Ampliar o monitoramento das rodovias federais com recursos tecnológicos avançados, visando coibir comportamentos de risco à segurança viária, bem como outras ações delituosas. Com o monitoramento a distância a instituição amplia seu controle com menos recursos, criando nos usuários a sensação de observação constante de suas ações, produzindo uma espécie de efeito panóptico, inibindo condutas impróprias de alguns e dando tranquilidade aos demais.
- Articular parcerias e estreitar relações com o órgão executivo rodoviário visando melhorar as condições de segurança da via, do ponto de vista de infraestrutura, ou seja, condições de trafegabilidade do pavimento e da sinalização viária.

Indicadores

Para aferir o nível de percepção de segurança dos usuários das rodovias federais foi criado o Índice de Percepção de Segurança, que será medido a partir de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, que avaliará se as ações desenvolvidas pela instituição produziram, além dos resultados aferidos pelos outros indicadores, um impacto positivo na sociedade, ou seja, se aqueles que fazem uso das rodovias federais sentem-se mais seguros nos seus deslocamentos e o quanto essa segurança é resultante da ação da Polícia Rodoviária Federal.

A pesquisa que buscará aferir o indicador em questão deverá ser realizada por instituto de pesquisa especializado, contratado para esse fim, com periodicidade anual, e deverá fornecer como resultado, além de outras informações, um valor que possa ser comparado ao longo do tempo, de modo que possa ser estabelecida uma meta a ser buscada para esse Índice de Percepção de Segurança.

2.5. Macroprocessos de apoio

- Fomentar e potencializar ações de educação para o trânsito;
- Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo;
- Intensificar ações de garantia e promoção dos Direitos Humanos;
- Ampliar e aperfeiçoar o resgate emergencial e o atendimento pré-hospitalar;

- Aprimorar o registro de ocorrências e implantar a perícia de acidentes;
- Estabelecer um modelo eficaz de gestão participativa;
- Implantar um modelo de gestão baseado em resultados;
- Desenvolver a cultura de gestão de projetos;
- Mapear, otimizar, padronizar e sistematizar processos de trabalho;
- Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento;
- Fomentar melhorias legais e estruturais relacionadas à missão da PRF;
- Articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional;
- Fortalecer a imagem institucional da PRF;
- Melhorar a comunicação interna e externa;
- Adequar o quadro de pessoal às necessidades;
- Mapear e desenvolver competências com enfoque estratégico;
- Potencializar o bem estar, a motivação e o desempenho dos servidores;
- Intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais;
- Assegurar recursos financeiros e otimizar sua execução;
- Prover meios e infraestrutura adequados ao desempenho das atividades.

2.6. Principais parceiros

- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;
- Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU;
- Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN;
- Órgãos de Segurança Pública;
- Receita Federal;
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio;
- Ministério do Trabalho e Emprego;
- Secretaria Nacional de Direitos Humanos;
- Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos – SESGE/MJ;
- Órgãos do Sistema Nacional de Trânsito.

3. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

3.1. Planejamento da unidade

O planejamento estratégico do órgão, que norteia as ações, iniciativas, empreendimentos, indicadores e metas, que está em processo de finalização tem a abrangência dos anos 2012 a 2020, sendo gerenciado pelo órgão central, que seja o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, ao qual a 14ª SRPRF/PB é subordinada, porém o seu mapa já permite o correto posicionamento dos gestores quanto ao emprego dos recursos públicos de forma ordenada e com alvo definido. Eis o mapa:



MISSÃO DA PRF

Garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União.

VISÃO DE FUTURO DA PRF

Ser a polícia ostensiva federal, reconhecida pela sociedade brasileira por sua excelência e efetividade no trabalho policial e na indução de políticas públicas de segurança e cidadania.

RESULTADOS INSTITUCIONAIS

Reduzir acidentes, lesões e mortes nas rodovias federais

Assegurar a livre circulação nas rodovias federais

Contribuir para a redução da criminalidade e da violência no país

Aumentar a percepção de segurança dos usuários das rodovias federais

PROCESSOS



PESSOAS E INFRAESTRUTURA



ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Assegurar recursos financeiros e otimizar sua execução

As características inerentes ao trânsito rodoviário e a grande extensão da malha viária, favorecem a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido.

Vários tipos de crimes ocorrem ao longo das rodovias, tais como: crimes de evasão fiscal e de divisas, transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de pessoas, tráfico de drogas, contrabando, descaminho, transporte de materiais irregulares e falsificados, dentre outros.

Os ilícitos em comento causam enormes prejuízos à economia do País. Por seu turno, as regras de circulação previstas no Código de Trânsito Brasileiro encontram na PRF seu agente aplicador no âmbito Federal.

O foco de atuação da PRF está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão, proporcionada pela sua presença, de forma preventiva, aliada à necessária repressão do crime, visando o aumento da sensação de segurança.

Além disso, e mais importante, seus objetivos são atingidos através da execução das ações do programa correspondente à segurança pública nas rodovias federais, que vão desde atividades de saúde voltadas aos usuários das rodovias às atividades de educação para o trânsito.

Por outro lado, os acidentes de trânsito representam prejuízos à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de consequências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública, pelo alto índice de dispêndios governamentais com o tratamento hospitalar dispensado às vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis às vítimas, pelos prejuízos à população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos financeiros elevados, além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com o objetivo de reduzir o número de acidentes e, conseqüentemente, os reflexos negativos deles decorrentes, a PRF tem procurado implementar uma metodologia de trabalho mais efetiva, utilizando-se de assistência direta ao cidadão, orientações aos usuários das rodovias, campanhas educativas, dentre outros.

O certo é que este Órgão vem delineando suas estratégias de atuação buscando acompanhar esse processo evolutivo, que decorre da diversificação das demandas sociais, dentre as quais estão inseridas aquelas que requerem uma ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente.

Neste norte, a Polícia Rodoviária Federal tem fornecido subsídios para que os Estados Federados e entes do Governo Federal venham a implementar políticas públicas, a exemplo do Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Meio Ambiente, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, entre outros.

Assim, o planejamento de atuação deste Órgão de Segurança Pública tem-se desenvolvido no intuito de estabelecer ações integradas com os demais Órgãos Administrativos, bem como com os administrados em geral, para, cada vez mais, prestar um serviço relevante e de qualidade à Sociedade, público-alvo de todas as atividades empreendidas pela Polícia Rodoviária Federal.

Outros fatores sociais identificados são: apoio à sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas, bem como o acompanhamento e controle dos reflexos causados pelas manifestações reivindicatórias, que contemplam demandas sociais várias, onde frequentemente ocorre o bloqueio de rodovias federais, trazendo inúmeros prejuízos à população.

Neste contexto, para o perfeito desempenho de suas competências institucionais, faz-se necessário que sua atividade-meio execute suas atribuições em sintonia com a atividade-fim, dotando-a dos recursos necessários para tanto.

De acordo com o PPA a Polícia Rodoviária Federal deverá executar as seguintes ações no quadriênio 2012-2015:

- Ampliar de 10.400.000 para 24.000.000 os procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais;
- Implantar 21 Unidades Especiais de Fronteira da Polícia Rodoviária Federal;
- Implantar 66 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil em Regiões de Fronteiras;
- Implementação de um Sistema de Tratamento de Dados de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal nas fronteiras;
- Modernização de 21 Unidades do Sistema Integrado de Inteligência policial para Unidades do Departamento de Polícia Federal nas fronteiras.
- Implantar 166 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil;
- Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da Polícia Rodoviária Federal, identificando os perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores;
- Realizar ações de capacitação dos servidores da Polícia Rodoviária Federal, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 horas aula de capacitação anual;
- Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento rodoviário federal da Polícia Rodoviária Federal.
- Alcançar com ações de educação para o trânsito 1.000.000 de pessoas até 2015;
- Ampliar a parceria com o Ministério da Saúde mediante a implantação do SAMU Rodoviário Nacional;
- Ampliar de 21.500.000 para 24.000.000 o número de fiscalizações de veículos nas rodovias federais;
- Ampliar de 4.150.000 para 6.000.000 o número de procedimentos de fiscalização de alcoolemia;
- Implantar o Centro de Estudos de Segurança Viária;

- Implementar centrais de comando e controle em todas as regionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) com objetivo de monitorar, despachar e controlar as ações operacionais, utilizando-se de sistemas de informações integrados;
- Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias. Adicionalmente à execução das ações previstas no PPA, quadriênio 2012-2015, este Órgão integrante do Sistema de Segurança Pública Nacional pretende executar as ações seguintes:
 - Adequar os serviços prestados pelos órgãos de segurança pública e outras instituições frente ao aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014;
 - Capacitar 5.000 Policiais Rodoviários Federais em ações específicas voltadas para grandes eventos;
 - Implantar 51 Centros de Comando e Controle Móveis destinados às sedes da Copa e centros de treinamento das seleções;
 - Dispor de 34.000 vagas de ensino presencial da SENASP com foco nos grandes eventos;
 - Apreender 150.717 kg de cocaína (cloridrato, pasta base, crack e outras formas de apresentação);
 - Apreender 52.000 armas de fogo;
 - Implantação de 350 unidades de próprios nacionais residenciais nas fronteiras;
 - Adequar e reformar instalações de segurança pública de organizações e instituições pertencentes ao Estado, adquirir equipamentos, produtos e serviços de tecnologia de informação e comunicação;
 - Desenvolver ações para que as forças federais de segurança pública atuem no combate e na apuração dos crimes contra os direitos humanos, relacionados em especial a milícias e grupos de extermínio;
 - Promover a reestruturação organizacional dos órgãos policiais da União;
 - Capacitar policiais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal na temática vinculada à prevenção do uso de drogas na associação com o trânsito brasileiro, bem como o desenvolvimento de habilidades em abordagem dos condutores que apresentam sinais de consumo de álcool ou outras drogas e o adequado uso de etilômetros;
 - Integração da Rede de Ensino a Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) às ações de educação das Instituições de Segurança Pública;
 - Realizar estudos e pesquisas na área de educação, valorização profissional e segurança pública.

Cabe a 14ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal contribuir, no âmbito de sua área geográfica de atuação, no caso o Estado da Paraíba, para a composição das ações apontadas como prioritárias pela Direção-Geral do órgão.

3.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

3.2.1. Ações

3.2.1.1. Ações/subtítulos – OFSS

QUADRO 3.2.1.1 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS

Identificação da Ação	
Código	14VN Tipo: Atividade
Descrição	Apoio à Realização de Grandes Eventos
Programa	Código: 2125 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Tipo: Programa de Gestão de Manutenção
Unidade Orçamentária	47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária Anual - 2013	

Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1	271.107.428,00		289.714,29	289.714,29	289.714,29	0,00	0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1	0,00	0,00	0,00			0,00	

Identificação da Ação							
Código	2000 Tipo: Atividade						
Descrição	Administração da Unidade						
Programa	0,00						
Unidade Orçamentária	30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1	98.261.622,00		2.748.030,93	2.537.907,12	2.536.304,19	0,00	210.123,81
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1	105.778,90	152.785,60	-15.961,90				

Identificação da Ação							
Código	2004 Tipo: Atividade						
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes						
Programa	Código: 2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça - Tipo: Programa de Gestão e Manutenção						
Unidade Orçamentária	30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados

1	28.862.211,00	0,00	4.765,00	4.765,00	4.765,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1	0,00	0,00	0,00				

Identificação da Ação							
Código	201C			Tipo: Atividade			
Descrição	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON						
Iniciativa	Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões. Código: 03DO						
Objetivo	Código:						
Programa	Código: 2070 - Segurança Pública com Cidadania						
Unidade Orçamentária	30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1	155.768.000,00	0,00	239.245,17	196.688,55	196.688,55	0,00	42.556,62
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1	0,00	0,00	0,00				

Identificação da Ação							
Código	2723			Tipo: Atividade			
Descrição	Policimento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais						
Iniciativa	Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à criminalidade e à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das operações especiais e de inteligência e do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro. Código: 03EH						
Objetivo	Código: 0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.						
Programa	Código: 2070 - Segurança Pública com Cidadania						
Unidade Orçamentária	30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							

Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1	144.290.000,00	0,00	2.311.548,54	1.882.329,89	1.882.329,89	0,00	429.218,65
7000	0,00	0,00	198.000,00	0,00	0,00	0,00	198.000,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1	330.932,66	255.492,86	-41.892,46				

Identificação da Ação							
Código	7U23 Tipo: Atividade						
Descrição	Implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para a Realização dos Grandes Eventos						
Iniciativa	Adequar os serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014 – Código 03EE						
Objetivo	Código: 0832 - Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.						
Programa	Código: 2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça - Tipo: Programa de Gestão de Manutenção						
Unidade Orçamentária	30101 – Ministério da Justiça						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1	360.190.750,00	0,00	573.004,29	573.004,29	573.004,29	0,00	0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1	0,00	0,00	0,00				

Identificação da Ação							
Código	8968 Tipo: Atividade						
Descrição	Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação						
Iniciativa	Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas - Código: 03E1						
Objetivo	Código: 0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da						

	União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.						
Programa	Código: 2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça - Tipo: Programa de Gestão de Manutenção						
Unidade Orçamentária	30107 – Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1	33.391.488		598.056,27	536.341,01	536.341,01		61.715,26
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1	179.553,87	123.830,42	-48.756,50				

Identificação da Ação							
Código	86A1 Tipo: Atividade						
Descrição	Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal						
Iniciativa	Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à criminalidade e à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das operações especiais e de inteligência e do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro. Código: 03EH						
Objetivo	Código: 0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.						
Programa	Código: 2070 - Segurança Pública com Cidadania						
Unidade Orçamentária	30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1	27.000.000		7.494,44	7.494,44	7.494,44	0	0
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em	Valor	Valor	Descrição da Meta	Unidade de	Realizada	

Localizador	01/01/2013	Liquidado	Cancelado		medida	
	0,00	0,00	0,00			

Identificação da Ação							
Código	8761		Tipo: Atividade				
Descrição	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192						
Iniciativa	Ampliação, qualificação e reconhecimento das diversas portas de entrada de urgência e emergência – Código 02R1						
Objetivo	Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção. Código: 0717						
Programa	Código: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)						
Unidade Orçamentária	36901 - Fundo Nacional de Saúde						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1	755.400.000,00	0,00	15.362,54	0,00	0,00	0,00	15.362,54
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1	0,00	0,00	0,00				

Identificação da Ação							
Código	8785		Tipo: Atividade				
Descrição	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC						
Iniciativa	Aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento intensivo dos projetos estratégicos – Código 02DB						
Objetivo	Código: 0607 - Aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle de políticas públicas.						
Programa	Código: 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública						
Unidade Orçamentária	47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão						
Ação Prioritária	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input checked="" type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1	2.000.000		19.776,14	19.776,14	19.776,14		
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
1	0,00	0,00	0,00			

Fonte: SIAFI Gerencial

3.2.1.2 Ações não previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não processados – OFSS

QUADRO 3.2.1.2 – AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA 2013 - RESTOS A PAGAR - OFSS

Identificação da Ação					
Código	200C		Tipo: Atividade		
Título	Aquisição de veículos especiais e aeronaves para policiamento da malha rodoviária				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Código:		Tipo:		
Unidade Orçamentária					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
166.020,00	166.020,00	0,00			

Identificação da Ação					
Código	2346		Tipo: Atividade		
Título	Fiscalização dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Código:		Tipo:		
Unidade Orçamentária					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.878,08	30.769,20	-1.878,08			

Identificação da Ação					
Código	8692		Tipo: Atividade		
Título	Educação de trânsito para usuários das rodovias federais				
Iniciativa					
Objetivo	Código:				
Programa	Código:		Tipo:		
Unidade Orçamentária					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
0,00	0,00	-1.916,00			

Fonte: SIAFI Gerencial

3.2.1.3 Análise situacional

A Unidade Jurisdicionada é executora de ações geridas por Unidades Orçamentárias onde destaca-se o Departamento de Polícia Rodoviária Federal que define os limites orçamentários para as despesas de custeio e investimento tanto na ação da Administração da Unidade como na de Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais e na de Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Em 2013, a 14ª SRPRF/PB teve seus limites orçamentários impactados pela edição da Portaria nº 23, de 7 de fevereiro de 2013, da Direção Geral, que ao aprovar o planejamento orçamentário para o exercício, estabeleceu a alocação orçamentária para os grupos de natureza de despesa e aprovou o detalhamento da alocação de recursos por Unidade Regional, que para o caso desta Unidade, exigiram que se realizassem cortes em contratos diversos, como limpeza e conservação, vigilância, estagiários e telefonia.

4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

4.1. Estrutura de governança

A 14ª SRPRF/PB não possui, em sua estrutura, organismo destinado à execução das ações de auditoria ou controle interno, sendo tais atividades, normalmente, exercidas pelas unidades regionais da Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União.

4.2. Avaliação do funcionamento dos controles internos

QUADRO 4.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			

15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
Análise Crítica:					
Essa UJ não possui um Sistema de Controle Interno. Tal controle somente encontra-se estruturado no âmbito do Ministério da Justiça, Unidade a qual esta UJ é subordinada. Inobstante, foi criado o Grupo de Acompanhamento de Auditoria e Fiscalização que tem acompanhado as demandas oriundas do TCU e CGU, ainda que de forma incipiente e não concentrada.					
Cabe ressaltar que a alta Administração deste DPRF tem se empenhado esforços no sentido de dotar a Instituição de uma área de assessoramento de controle interno, conforme Projeto de reestruturação do DPRF processo atualmente sob análise da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e posterior encaminhamento à Casa Civil, contudo o referido processo não apresentou, ainda, a reestruturação esperada.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válida. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

4.3 Sistema de Correição

A 14ª SRPRF/PB possui definida em sua estrutura regimental um organismo próprio com a finalidade de realização da atividade de correição, denominada Corregedoria Regional.

A Corregedoria Regional da 14ª SRPRF/PB funciona em duas salas, onde a primeira encontra-se instalada a Corregedoria Regional, e a segunda o Núcleo de Assuntos Internos, o qual é subordinado à Corregedoria Regional. A Corregedoria Regional conta com o efetivo de um servidor – Corregedor Regional, e uma servidora terceirizada, e uma outra servidora, que responde pela substituição do Corregedor Regional (lotada no Gabinete da Superintendente). Enquanto que no Núcleo de Assuntos Internos, conta com dois servidores, o Chefe do referido Núcleo e seu Substituto.

Quanto as atividades do sistema de Correição Regional, são as que estão definidas nos Artigos 92 e 93 do Anexo da Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007 da lavra do Senhor Ministro de Estado da Justiça;

Art. 92. À Corregedoria Regional compete:

I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecidas as diretrizes correcionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;

II - proceder à análise de autuações administrativas relacionadas às questões disciplinares, propondo soluções pertinentes, de acordo com a legislação, a jurisprudência e decisões administrativas vigentes;

III - acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares e orientar, no âmbito da Unidade Regional, na interpretação e cumprimento da legislação pertinente;

IV - elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática;

V - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, além de analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares;

VI - elaborar e manter atualizado os relatórios da área correicional da Unidade Regional;

VII - organizar e manter atualizado cadastro de informações correcionais de servidores da Superintendência;

VIII - manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área;

IX - orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares;

X - elaborar estatísticas de interesse da área correicional e relatórios de gestão;

XI - prestar informações e encaminhar documentos às áreas competentes, referentes a questões correcionais;

XII - promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade da Superintendência;

XIII - auxiliar na gestão do orçamento correicional;

XIV - elaborar minutas de portarias e informações pertinentes;

XV - elaborar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Art. 93. Ao Núcleo de Assuntos Internos compete:

I - auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional;

II - executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares;

III - promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional;

IV - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores;

V - fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo; e

VI - operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Com relação aos resultados observados no exercício de 2013, tem-se que:

- Foram autuados 41 processos;
- Dos autuados, 09 resultaram em PAD,
- 03 Sindicâncias Investigativas,
- 29 arquivados por falta de objeto
- 13 em Investigação Preliminar
- 08 em análise

Informa-se que os dados acima correspondem aos processos que deram entrada na Corregedoria Regional em 2013 somados com os processos remanescentes de 2012.

4.4 Cumprimento pela instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Ressalte-se que a Corregedoria Regional encontra-se em consonância com os Artigos 4º e 5º da Portaria acima mencionada.

5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 Execução das despesas

5.1.1 Movimentação de créditos interna e externa

5.1.1.1 – Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa

QUADRO 5.1.1.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	200109	200122	0618120702723			37.304,60
			0618120702723			123.251,47
			0618120702723			143.558,20
			06181207086A1			5.843,37
			0618120708698			228.582,67
			0612221122000			1.845.649,85
			0612221122000			86.517,04
			06181207020IC			1.019,13

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
			06181207020IC			204.497,65
			0618120702723			59.056,64
			0618120702723			1.497.004,56
			0618120702723			13.331,20
			0618120702723			16.482,23
			0618120702723			4.000,00
			04121212514VN			306.394,40
			01030220158761			150.000,00
			02612221268785			23.364,07
			0618320707U23			1.029.527,33
	200230	200122	0630121122004			4.765,00
			02612221268785			137.072,17
Concedidos						
Recebidos	200109	200122	0618120702723	120.162,48		
			0618120702723	41.860,00		
			0618120708698	30.866,69		
			0612221122000	45.406,92		
			06181207020IC	3.213,00		
			061812070200G	200.000,00		
			0618120702723	456.950,00		
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

5.1.2 Realização da despesa

5.1.2.1 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos de movimentação

QUADRO 5.1.2.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	2.742.815,03	3.539.042,48	2.742.815,03	2.695.810,46
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	2.742.815,03	3.539.042,48	2.742.815,03	2.695.810,46
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	947.105,88	1.006.910,97	945.502,95	931.519,90
h) Dispensa	853.023,39	905.281,80	851.420,46	865.025,34
i) Inexigibilidade	94.082,49	101.629,17	94.082,49	66.494,56
3. Regime de Execução Especial	3.654,11	33.835,92	3.654,11	33.835,92

j) Suprimento de Fundos	3.654,11	33.835,92	3.654,11	33.835,92
4. Pagamento de Pessoal (k+l)		1.494.617,64		1.493.706,58
k) Pagamento em Folha	0,00	49.701,72	0,00	49.701,72
l) Diárias	0,00	1.444.915,92	0,00	1.444.004,86
5. Outros	269.249,74	255.331,01	269.249,74	227.515,61
6. Total (1+2+3+4+5)	3.962.824,76	6.329.738,02	3.961.221,83	5.382.388,47

Fonte: SIAFI Gerencial

5.1.2.2 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação

QUADRO 5.1.2.2 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal								
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0,00	49.701,72	0,00	49.701,72	0,00	0,00	0,00	49.701,72
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
DIÁRIAS - CIVIL	1.988.498,68	1.444.915,92	1.988.498,68	1.444.915,92	0,00	0,00	1.988.498,68	1.444.915,92
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	1.652.421,41	2.013.812,81	1.491.840,03	1.662.927,32	160.581,38	350.885,49	1.490.237,10	1.662.927,32
LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	1.247.714,48	1.139.667,82	1.200.681,40	1.102.371,67	47.033,08	37.296,15	1.200.681,40	1.102.371,67
Demais elementos do grupo	1.695.877,74	1.435.744,65	1.320.230,53	1.096.823,40	375.647,21	338.921,25	1.320.230,53	1.096.823,40
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	420.485,30	237.707,10	46.770,09	26.559,50	0,00	211.147,60	46.770,09	26.559,50
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA	0,00	8.188,00	0,00	0,00	0,00	8.188,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI Gerencial

5.1.2.3 Análise crítica da realização da despesa

A Unidade Jurisdicionada é executora de ações geridas por Unidades Orçamentárias onde destaca-se o Departamento de Polícia Rodoviária Federal que define os limites orçamentários para as despesas de custeio e investimento tanto na ação da Administração da Unidade como na de Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais e na de Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Em 2013, a 14ª SRPRF/PB teve seus limites orçamentários impactados pela edição da Portaria nº 23, de 7 de fevereiro de 2013, da Direção Geral, que ao aprovar o planejamento orçamentário para o exercício, estabeleceu a alocação orçamentária para os grupos de natureza de despesa e aprovou o detalhamento da alocação de recursos por Unidade Regional, que para o caso desta Unidade, exigiram que se realizassem cortes em contratos diversos, como limpeza e conservação, vigilância, estagiários e telefonia.

5.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

QUADRO 5.2 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	946.438,49	653.568,11	-100.674,00	192.196,38
2011	112.644,76	103.745,00	-8.899,76	
2010	69.992,50	69.116,20	-876,30	
2008				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	911,06		-911,06	
2011				
2010				
2008	3.409,58		-3.409,58	

Fonte: SIAFI Gerencial

5.2.1 Análise crítica

O valor de R\$ 911,06 de restos a pagar processados de 2012 foi dado baixa em virtude do sistema ter lançado em duplicidade valor de AV de pagamento de diária, foi regularizada a conta 292196001 e dado baixa do valor.

O valor de R\$ 69.992,50 de 2010 se referia ao empenho da Sena Segurança, foi feito depósito por determinação judicial no valor de R\$ 69.116,20 e o restante R\$ 876,30 foi feita anulação do empenho no dia 31/12/2013.

O valor de R\$ 8.899,76 foi referente a NS 001280 de cancelamento pela Contabilidade dos empenhos de 2011 em conformidade com o Decreto 93872/86.

O valor de R\$ 100.674,00 se refere a cancelamento de empenhos do exercício de 2012 cujos contratos já haviam sido encerrados ou nos que ainda estavam em vigência não tinham mais notas a pagar referente ao exercício 2012 a fim de que não fossem inscritos empenhos desnecessários do exercício 2012 para 2014.

O valor de R\$ 3.409,58 foi dado baixa pela 2013NL000073 por ter sido feito pagamento em outros processos.

5.3 Suprimento de fundos

5.3.1 Suprimento de fundos – despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

QUADRO 5.3.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$) (a+b+c)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013	0	0,00	2	890,00	2	2.763,68	2.422,31
2012	0	0,00	6	8.165,80	6	22.389,28	30.555,08

2011	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00
------	---	------	---	------	---	------	------

Fonte: SIAFI Gerencial

5.3.2 Suprimento de fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO 5.3.2 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	200122	Limite de Utilização da UG	Valor		Total
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Saque	Fatura	
JOSE ROBSON E SOUSA JORGE	528.889.244-04	11000	890,00	2.763,68	3.653,68
Total Utilizado pela UG		3.653,68			

Fonte: SIAFI Gerencial

5.3.3 Prestações de contas de Suprimento de Fundos

QUADRO 5.3.3 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC Aguardando Análise	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC em Análise	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC não Aprovadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC Aprovadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,00	6	30.555,08	0	0,00

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

5.3.4 Análise Crítica

O volume de recursos executados através desta modalidade, no âmbito da 14ª SRPRF/PB, é muito pequeno, não tendo maior relevância perante a totalidade dos recursos destinados ao funcionamento da UJ.

Cabe ressaltar que o uso de suprimento de fundos torna-se uma ferramenta necessária àquelas atividades em que sua continuidade venha a afetar direta e decisivamente a sociedade, como é o caso da segurança pública, portanto não havendo como abolir o seu uso. Contudo o controle interno exercido sobre este tipo de modalidade é bastante razoável, frente ao volume de recursos que são executados.

6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 Estrutura de pessoal da unidade

6.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

6.1.1.1 Lotação

QUADRO 6.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	294	294	18	6
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	294	294	3	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	294	294	3	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	294	294	18	6

Fonte: DW/SIAPE

6.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da unidade jurisdicionada

QUADRO 6.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	2
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	1
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	4
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	1
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	3
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	1
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	7

Fonte: DW/SIAPE

6.1.2 Qualificação da força de trabalho

6.1.2.1 Estrutura de cargos e de funções

QUADRO 6.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	1	1	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	1	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1	1	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	24	24	9	9
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	24	24	9	9
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	25	25	9	9

Fonte: DW/SIAPE

6.1.2.2 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

QUADRO 6.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	14	91	134	49	6
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	14	91	134	49	6
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	14	91	134	49	6

Fonte: DW/SIAPE

6.1.2.3 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

QUADRO 6.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	83	211	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	83	211	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	83	211	0	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: DW/SIAPE

6.1.3 Custos de pessoal da unidade jurisdicionada

QUADRO 6.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão											
Exercícios	2013	37.317.168,25	92.772,78	747.066,25	101.261,00	1.312.729,14	68.803,04	2.530,45	24.329,26	19.599,06	41.352.082,67
	2012	32.270.018,22	95.623,96	395.188,94	101.398,81	959.644,30	67.677,69	99.624,58	6.776,85	31.758,32	35.385.531,86
	2011	32.940.980,49	111.511,42	2.771.356,79	835.301,34	0,00	67.254,00	11.026,36	0,00	0,00	32.952.007,05
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	165.508,42	0,00	23.796,00	4.381,32	0,00	1.174,21	0,00	0,00	2.199,65	208.403,92
	2012	230.164,33	0,00	19.103,95	4.381,32	0,00	652,00	0,00	0,00	127,05	268.624,03
	2011	172.526,75	0,00	22.494,61	4.004,45	0,00	1.416,77	0,00	0,00	0,00	200.442,58
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	159.193,41	30.578,76	9.504,00	0,00	4.545,00	0,00	0,00	0,00	0,00	217.461,83
	2012	145.742,17	29.102,76	3.390,40	0,00	3.648,00	0,00	0,00	0,00	0,00	188.368,01
	2011										
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	3.210.669,48	85.100,48	94.212,92	16.031,52	108.417,60	1.570,95	628,23	209,55	1.343,10	3.690.953,33
	2012	3.018.209,88	82.125,03	86.402,95	13.731,91	88.160,00	4.452,77	5.682,64	322,76	1.942,35	3.462.016,67
	2011										

Fonte: DW/SIAPE

6.1.4 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

6.1.4.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

QUADRO 6.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	137	1
1.1 Voluntária	125	1
1.2 Compulsória	1	0
1.3 Invalidez Permanente	11	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	8	0
2.1 Voluntária	2	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	6	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	145	1

Fonte: EXTRATOR DE DADOS/SIAPE

6.1.4.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

QUADRO 6.1.4.2 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	43	3
1.1 Integral	43	3
1.2 Proporcional	0	0
2. Em Atividade	23	0
3. Total (1+2)	66	3

Fonte: EXTRATOR DE DADOS/SIAPE

6.1.5 Cadastramento no Sisac

Informações serão prestadas pela UO, responsável pelos atos de admissão, aposentadoria e pensão e pelo cadastramento no SISAC.

6.1.5.1 Atos sujeitos à comunicação ao Tribunal por intermédio do Sisac

Informações serão prestadas pela UO, responsável pelos atos de admissão, aposentadoria e pensão e pelo cadastramento no SISAC.

6.1.5.2 Atos sujeitos à comunicação ao TCU

Informações serão prestadas pela UO, responsável pelos atos de admissão, aposentadoria e pensão e pelo cadastramento no SISAC.

6.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Informações serão prestadas pela UO, responsável pelos atos de admissão, aposentadoria e pensão e pelo cadastramento no SISAC.

6.1.5.4 Atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico

Informações serão prestadas pela UO, responsável pela remessa física dos processos de aposentadoria e pensão ao TCU.

6.1.6 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Não há, ainda, uma ferramenta de controle para detectar acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos.

Considerando que 90% dos servidores da UJ ocupam o cargo de Policial Rodoviário Federal, de dedicação exclusiva, conforme dispõe o artigo 7º da Lei nº 9.654, de 02/06/1998, distribuídos nas atividades finalísticas do órgão, submetidos a escalas de revezamento, e atividades meio, submetidos a horário administrativo, é pouco provável a acumulação de cargos pelos servidores, sem levantar suspeitas.

No entanto, a UJ ainda depende de denúncias para apuração de eventuais casos, muito em virtude da deficiente composição das equipes de gestão, carentes de efetivo devido à priorização da lotação de policiais na atividade fim e à falta de vagas para cargos da área administrativa.

Embora esteja clara a dificuldade que envolve uma rotina para detecção de casos de acumulação de cargos, a UJ desenvolverá estudos visando o desenvolvimento de rotinas que possam possibilitar este trabalho.

6.1.7 Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Nos casos de denúncias, designa-se uma comissão de sindicância para apuração da situação e adoção das providências previstas no artigo 133 da Lei nº 8.112./90, caso se confirme a acumulação indevida.

Durante o exercício de 2013, foram autuados os processos 08663001231/2013-71, 08663001917/2013-62, 08663001916/2013-18, 08663001915/2013-73, 08663001927/2013-06, 08663001926/2013-53, 08663001925/2013-17, 08663001924/2013-64, 08663001923/2013-10, 08663001961/2013-72, 08663001962/2013-17 e 08663001959/2013-01, para apuração de acumulação ilegal de cargos públicos. Destes, apenas um resultou em acumulação ilegal, no caso dos proventos de aposentadoria no cargo de PRF com proventos de aposentadoria percebidos na Prefeitura de João Pessoa – PB.

Tendo o aposentado optado pelos proventos do cargo de PRF, a aposentadoria junto ao referido município foi cancelada após ofício da UJ, com exposição de motivos e solicitação de cancelamento.

Nos demais processos, restaram comprovadas as acumulações legais de cargos e proventos de aposentadoria com pensões civis, cargos em comissão e cargos eletivos com compatibilidade de horário.

6.1.8 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

A unidade jurisdicionada (UJ) está desenvolvendo indicadores para utilização como ferramentas de gestão, tais como índice de absenteísmo e outros ligados à saúde do servidor. A quantificação desses dados será possível graças à implementação de controles internos de acompanhamento dos diversos afastamentos dos servidores, em conjunto com a unidade conveniada do SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor).

Importante, também, destacar a estruturação do PROSSERV (Projeto Servidor Saudável, Escolha Racional e Viável) no âmbito da UJ, com a designação de uma comissão composta de três servidores com formação na área de saúde, visando ao atendimento de todas as demandas relacionadas à saúde do servidor, como contato constante com a Junta Médica do SIASS, acompanhamento dos tratamentos de saúde dos servidores, elaboração de relatórios de ocorrências de afastamentos por problemas de saúde, promoção de exames periódicos e campanhas de vacinação entre os servidores, coleta periódica de dados e acompanhamento dos diversos índices que medem o estado de saúde dos servidores, tais como, peso, IMC, glicemia, colesterol e outros. Isto possibilitará a criação de indicadores ligados ao estado de saúde do efetivo, com tabulação periódica de dados para análise da evolução dos quadros e devidas intervenções.

Será analisada, ainda, a criação de indicadores relacionados às avaliações de desempenho, à capacitação dos servidores, e aos tempos de tramitação dos processos administrativos, visando ganhos de eficiência e eficácia no desempenho das atividades precípua à área de Recursos Humanos da UJ.

A área de Recursos Humanos da UJ estudará, ainda, a aplicação de testes para levantamento de dados referentes ao clima organizacional.

6.2 Terceirização de mão de obra empregada e contratação de estagiários

6.2.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Não há ocorrências.

6.2.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

Informações prestadas pela UO, responsável pela administração nacional dos concursos públicos do órgão.

6.2.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade jurisdicionada

QUADRO 6.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: 14ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL/PB													
UG/Gestão: 200122/00001							CNPJ: 00.394.494/0117-66						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	001/2009	10.339.944/0001-41	10/02/09	10/02/14	21	16	0	0	0	0	A
2010	V	O	009/2010	02.322.136/0001-43	01/10/10	01/10/14	0	0	19	17	0	0	A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

6.2.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

QUADRO 6.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/PB													
UG/Gestão: 200122/00001							CNPJ: 00.394.494/0117-66						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	4/9/12	O	010/2009	04.427.309/0001-13	21/10/10	21/10/14	2	2	12	12	0	0	P
2010	2	O	017/2010	10.339.944/0001-41	23/12/10	23/12/14	0	0	1	1	0	0	P
2011	3	O	010/2011	10.339.944/0001-41	29/11/11	28/11/14	0	0	2	2	0	0	P
Observações:													
LEGENDA													
Área:													
1. Segurança;													
2. Transportes;													
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

- 5. Recepção;
- 6. Reprografia;
- 7. Telecomunicações;
- 8. Manutenção de bens móveis
- 9. Manutenção de bens imóveis
- 10. Brigadistas
- 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
- 12. Outras

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

6.2.5 Análise crítica dos itens 6.2.3 e 6.2.4

Em 2013, a 14ª SRPRF/PB teve seus limites orçamentários impactados pela edição da Portaria nº 23, de de 7 de fevereiro de 2013, da Direção Geral, que ao aprovar o planejamento orçamentário para o exercício, estabeleceu a alocação orçamentária para os grupos de natureza de despesa e aprovou o detalhamento da alocação de recursos por Unidade Regional, que para o caso desta Unidade, exigiram que se realizassem cortes em contratos diversos, como limpeza e conservação, vigilância, estagiários e telefonia.

6.2.6 Composição do quadro de estagiários

QUADRO 6.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	14	15	15	0	50.084,22
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)					

Fonte: Seção de Recursos Humanos

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros

7.1.1 Gestão da frota de veículos próprios

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

A legislação que regula o uso de veículos oficiais da 14ª SRPRF/PB, são as seguintes:

- Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.
- Instrução Normativa nº 07, de 08 de dezembro de 2011, da Direção-Geral - DPRF. Disciplina a classificação, a identificação, o controle, o uso e a guarda dos veículos terrestres automotores no âmbito da Polícia Rodoviária Federal e dá outras providências.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A missão da Polícia Rodoviária Federal é fiscalizar diariamente as rodovias e estradas federais, zelando pela vida daqueles que utilizam a malha viária federal para exercer o direito constitucional da livre locomoção. As atribuições legais são definidas, principalmente, pelo Código de Trânsito Brasileiro (fiscalização de trânsito) e pelo Decreto 1.655/95 (enfrentamento a criminalidade).

Para o cumprimento de sua missão constitucional de patrulhamento ostensivo dos 70.000 km de rodovias e estradas federais, a Polícia Rodoviária Federal conta com um efetivo 10.366 policiais, alocados em funções gerenciais, administrativas e operacionais, em sua unidade central (Departamento) e em unidades regionais e locais (Superintendências, Distritos, Delegacias e Postos).

Portanto, a viatura mostra-se como uma das principais ferramentas de trabalho do Policial Rodoviário Federal. Dada sua importância, natural que seja grande o seu impacto em toda a estrutura do DPRF, tanto do ponto de vista orçamentário, como gerencial. Isso para que esteja disponível uma frota de veículos bem conservados, com manutenção adequada, que ofereça segurança aos seus usuários. As viaturas a disposição da 14ª SRPRF/PB, realizam, por solicitação, operações em âmbito nacional, assim como apoio a missões regionais.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos:

Frota Própria da 14ª SRPRF/PB por grupo					
Transporte Institucional	Veículos de Serviços Comuns		Veículos de Serviços Especiais (Segurança Pública)		
	Automóvel	Carga	Automóveis	Motocicletas	Carga
1	11	5	58	42	6
TOTAL	123				

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais

d) Média anual de quilômetros rodados:

Quilometragem rodada da Frota Própria da 14ª SRPRF/PB em 2012			
	Transporte Institucional	Veículos de Serviços Comuns	Veículos de Serviços Especiais (Segurança Pública)
Total por Grupo	9585	247974	1464042
Total Kms rodados	1721601		
Média Anual por Grupo	9585	15498	13811,71
Média total	16.235		

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais

e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

Idade Média da Frota Própria da 14ª SRPRF/PB por grupo		
Transporte Institucional	Serviços Comuns	Serviços Especiais (Segurança Pública)
3 anos	8 anos	6 anos

f) Custos associados à manutenção da frota :

Custos associados a manutenção (R\$)		
	2012	2013
Manutenção (preventiva e corretiva)	335.246,63	349.530,96
Combustíveis	523.317,48	577.011,49
Taxas (Licenciamento, Seguro Obrigatório etc.)	11.755,95	38.273,86

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais

g) Plano de substituição da frota:

Diversas medidas internas, necessárias a uma adequada recomposição veicular, são adotadas pelas áreas técnicas competentes do Órgão e a renovação da frota é propiciada pela realização de registro de preços para aquisição anual, embora os limites orçamentários não permitam o cumprimento desse ciclo.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal, em conjunto com os gestores nacionais de frota, lançou o compêndio “Consolidação de Critérios Técnicos”, que versa sobre aquisição e distribuição de materiais e contratação de serviços, onde é definida uma vida útil de até 4 (quatro) anos para as viaturas operacionais, devendo haver novo suprimento ao fim desse prazo.

O fator depreciação dos veículos policiais impõe à Administração a necessidade de substituição mínima contínua da frota a cada período anual, sob risco de que sejam incrementados os dispêndios com o sistema de manutenção corretiva, ocasionando mais ônus ao erário.

A aquisição de veículos próprios tem se mostrado mais vantajosa para a Administração em razão de toda a frota ser relativamente pequena e composta de uma diversidade muito grande de tipos de veículos e esta frota encontrar-se muito dispersas em suas unidades desconcentradas, acreditando-se que a locação de frota com tamanha diversidade e a ser distribuída nas mais diversas localidades onde a PRF atua.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Como instrumentos de controle os gestores da frota da 14ª SRPRF/PB, contam hoje com o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC, que entre suas funcionalidades está o módulo Transportes, de onde se realiza toda a gestão/controle da frota de veículos. Registre-se ainda, o Sistema da empresa Ticket Car, que realiza o gerenciamento das operações de consumo de combustíveis e o sistema Maxxifrota que gerencia os trabalhos de manutenção da frota.

7.2 Gestão do patrimônio imobiliário

7.2.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial

QUADRO 7.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	PARAÍBA	13	13
	Bayeux	1	1
	Alhandra	1	1
	Mamanguape	1	1
	Sobrado	1	1
	Campina Grande	3	3
	Queimadas	1	1
	Esperança	1	1
	Patos	1	1
	São Mamede	1	1
	Pombal	1	1
	Cajazeiras	1	1
Total		13	13

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

7.2.1.1 Análise crítica

Dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da Unidade Jurisdicionada, onze tratam-se de edificações antigas projetadas para uma realidade que não mais existe na Polícia Rodoviária Federal. Portanto, carecem de readequações de suas instalações, aí incluindo estrutura física, elétrica, hidráulica, lógica e acessibilidade. A UJ já contratou empresa especializada na elaboração dos projetos executivos para realização das reformas das suas unidades operacionais, que ainda estão em andamento. Encontra-se em instrução processo para contratação de serviços de manutenção predial para suas unidades.

7.2.2 Discriminação de imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UJ

QUADRO 7.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	1937 00010.500-9	4	20.139,02	01/12/00	20.139,02		
	1975 00284.500-2	4	47.477,00	01/12/00	47.477,00		
	1981 00046.500-2	4	47.477,61	06/12/00	47.477,61		
	1981 00047.500-8	4	47.477,61	29/11/00	47.477,61		
	1981 00050.500-4	3	192.691,59	17/08/04	192.691,59		
	2079 00043.500-2	4	47.477,00	06/12/00	47.477,00		
	2117 00012.500-0	3	69.037,38	27/09/04	69.037,38		
	2125 00013.500-6	4	58.081,26	01/12/00	58.081,26		
	2131 00004.500-1	3	47.477,00	01/12/00	47.477,00		
	2143 00007.500-1	4	40.028,00	01/12/00	40.028,00		
	2151 00004.500-6	4	47.477,61	06/12/00	47.477,61		
	2155 00005.500-4	5	47.477,61	06/12/00	47.477,61		
	2199 00004.500-0	4	40.028,00	01/12/00	40.028,00		2.950,00
Total							2.950,00

Fonte: SIAFI

7.2.2.1 Análise crítica

A UJ aguarda a conclusão da elaboração dos projetos executivos contratados para realização das reformas das suas unidades operacionais, bem como conclusão da instrução processual para contratação de serviços de manutenção predial para suas unidades.

7.3 Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros

QUADRO 7.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
BRASIL	PARAÍBA	1	1
	João Pessoa	1	1
Total		1	1

Fonte:

8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO 8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos

	legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
X	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
X	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
X	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(4)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.

(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.	
() no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.	
() no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).	
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input checked="" type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
<p>- O item 1 da presente pesquisa é definido pelo órgão central da Polícia Rodoviária Federal, que publicou em 2013, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação.</p> <p>- Com referência ao item 02 algumas rotinas já são comumente estabelecidas, independentemente da edição do PDTIC.</p> <p>- Com atenção aos quesitos não marcados no item 7, ressalta-se que as contratações do desenvolvimento de sistemas de TI são todas concentradas no órgão central, que seja o Departamento de Polícia Rodoviária Federal (UG 200109).</p> <p>- Quanto ao item 8, a Carta de Serviços ao Cidadão é de gerenciamento direto do órgão central, que seja o Departamento de Polícia Rodoviária Federal (UG 200109).</p>	

8.1.1 Análise Crítica

O PDTIC para o biênio 2013/2014, onde se contempla a quase totalidade dos itens acima referenciados.

9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

QUADRO 9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					X
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 	A UJ não realizou licitação em 2013 que exigissem como condições de aceitação e, inclusive, de desempate, os critérios definidos pelo Decreto nº 7.174, de 12 de Maio				

					de 2010.					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.							X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).								X		
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.							X			
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 										
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).										X
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 					Lâmpadas econômicas					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).										X
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 					Papel A4					
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).							X			
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 										
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).							X			
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.							X			
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. 										
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.								X		
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.										X
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.							X			
Considerações Gerais:										
LEGENDA										
Níveis de Avaliação:										
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.										
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.										
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.										
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.										
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.										

9.2 Consumo de papel, energia elétrica e água

QUADRO 9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade		
Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados
Não houve adesão à programa de sustentabilidade		
Recurso	Quantidade	Valor

Consumido	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	500	867	949	6999	R\$ 8.839,82	R\$ 8.814,48
Água	4456	5.017	6341	30390,55	R\$ 34.214,24	R\$ 39.902,95
Energia Elétrica	236908,66	272.765,37	257.449,80	250416,28	R\$ 288.317,40	R\$ 268.844,51
			Total			

Fonte: Seção Administrativa e Financeira

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 Declaração de Bens e Rendas estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.1.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO 10.1.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	25	25	25
	Entregaram a DBR	25	25	25
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: Seção de Recursos Humanos

10.2 Alimentação SIASG e SICONV

Eu, JOSÉ GOMES DA SILVA JÚNIOR, CPF nº 691.952.424-49, Chefe do Núcleo de Orçamento e Finanças, exercido na 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público

A 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal não adotou os critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 em virtude da falta nos seus quadros de pessoal técnico especializado para o desenvolvimento dos trabalhos necessários à efetiva implementação das medidas necessárias e cabíveis à execução das rotinas solicitadas nas normas referenciadas.

12.2 Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
14ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL		200122	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, NBC T 16.9 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.136/2008 e NBC T 16.10 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.137/2008 relativas ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições Contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, seguintes:</p> <p>a) 603 – SALDO CONTÁBIL DO ALMOXARIFADO NÃO CONFERE C/ RMA; b) 634 – FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS/IMÓVEIS/INTANGÍVEIS/OUTROS; c) 642 – FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. ATIVOS IMOBILIZADO.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial Contábil do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	22 de janeiro de 2014
Contador Responsável	JOSÉ CARLOS COMES	CRC n.º	DF-9.261/O-7